

ATA Nº10

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 28 de fevereiro de dois mil e dezanove.** -----

-----No vigésimo oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 28/12/2018 e 25/01/2019:** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

-----**PONTO DOIS: “FÓRUM OCEANO – ASSOCIAÇÃO DA ECONOMIA DO MAR” – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VAGOS;** -----

----- **PONTO TRÊS: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.000.000,00€ - BENEFICIAÇÃO DA EM 598 – RIINES-SANCHEQUIAS.** -----

----- **PONTO QUATRO: REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE REGALIAS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VAGOS.** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Costa pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Manuel Jesus Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Xavier Prior Neto, Maria Pedro Almeida Neves Ferreira da Silva, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Sérgio Domingos, em substituição de Andreia Pereira dos Santos Marques que pediu suspensão até ao mês de agosto de dois mil e dezanove, e Sara Freire Andrade, em substituição de Liliana Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

----- Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira e António Bastião em substituição de Patrícia Neves Ferreira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Maria Manuela Sanches, em substituição Bruno Julião, eleitos na lista do PS.

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo;

Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos e Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão a senhora Patrícia Ferreira, Bruno Julião, Liliana dos Santos Barreira e Paulo Alexandre Ferreira Malta -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente João Paulo Sousa Gonçalves e os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcínia Martins Sereno, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----A – Apreciação e votação das atas das sessões de 28 de dezembro de 2018 e 25 de janeiro de 2019. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e oito de dezembro de dois mil e dezoito, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. De seguida submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezanove, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre vinte e seis de dezembro de dois mil e dezoito e vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

-----C – Justificação de faltas. -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores Deputados Bruno Julião, Liliana Barreira e Patrícia Ferreira à sessão de hoje. -----

----- D – Período “antes da ordem de trabalhos”: -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referindo-se ao orçamento participativo perguntou o ponto de situação atual. Em relação ao Posto Médico do Covão do Lobo sabe-se que ainda continua fechado e o senhor Deputado quer saber o motivo. Outro assunto abordado prende-se com a estrada que liga Santa Catarina ao Covão do Lobo que se encontra num estado bastante degradado e o senhor Deputado pergunta se existem planos para reparação daquela via. Também a estrada que liga Covão do Lobo a Rines está em muito mau estado, as raízes das árvores

criaram para o meio da via o que a torna quase intransitável. Neste sentido, também questiona se estão previstas obras para aquela estrada. A estrada que vai do Parque de Campismo da Vagueira à Zona Industrial da Mota foi recentemente intervencionada mas o piso encontra-se bastante "ondulado", muito irregular, o que torna a condução muito difícil. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e referiu que a Confederação do Desporto em Portugal reconheceu como personalidade do ano na área do desporto o senhor Mário Cordeiro, cidadão do Concelho de Vagos. São cinquenta anos ao serviço do Atletismo. Além de atleta e treinador, neste momento, assume a Presidência da Direção da Associação de Atletismo de Aveiro e a função de Diretor Técnico Distrital. Uma personalidade vaguense de que Vagos muito se orgulha. Neste sentido, o senhor Deputado propõe um Voto de Louvor e dirige-lhe uma saudação especial e que continue a lutar pela valorização do Desporto em Vagos e em Portugal. O senhor Deputado dirigiu ainda um apelo ao senhor Presidente da Câmara no sentido de tomar as devidas providências de modo a ser alindado o jardim de Santo António, junto ao Bairro Dr. Pedro Guimarães, arrelvamento das zonas verdes e calcetamento dos passeios. Por último, referiu-se a pouca luz no centro da Vila, custa-lhe ver o centro cívico de Vagos quase às escuras, a praça merece outra panorâmica e melhor iluminação. O senhor Basílio pediu ao senhor Presidente que providenciasse a resolução deste problema. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e relativamente ao Voto de Louvor proposto ao senhor Mário Cordeiro questionou os membros deste órgão se concordavam com a dispensa de votação. Com a concordância de todos foi aprovado por unanimidade um Voto de Louvor ao senhor Mário Cordeiro. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e informou de que a Câmara Municipal também se associa a este Voto de Louvor. O senhor Presidente só não esteve presente no dia em que o senhor Mário recebeu o prémio porque só teve conhecimento quando ele já ia em viagem para Lisboa mas teve a oportunidade, nesse mesmo dia, por telefone, de lhe endereçar os parabéns em nome da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e perguntou como é que está a situação dos lixos. O fluxo de novos residentes no Concelho aumentou e para além da questão do lixo ser um problema que já existe, há muito tempo, o aumento de número de contentores torna-se agora mais necessário. O senhor Deputado pergunta o que é que está a ser feito para resolver a situação. Entretanto, referiu que foi celebrado um contrato para os projetos de execução das Escolas Básicas da Quintã e de Soza e quer saber qual é o ponto de situação desta questão, bem como o das outras Escolas que estão incluídas nas Grandes Opções do Plano, Ouca e Vigia. Por último, deixou um alerta porque tem frequentado mais a zona sul do Concelho e verificou que a sinalização, a sinalética para os desvios, não está neste momento a ser a mais adequada. Mesmo para quem conhece o Concelho muitas vezes tem de fazer desvios adicionais àqueles que seriam previstos. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por pedir alguns esclarecimentos sobre a eficiência energética e a mobilidade elétrica. Segundo o senhor Deputado

fala-se muito, até nos jornais, sobre a questão dos postos de carregamento dos carros elétricos e, neste sentido, quer saber o que é que está previsto, relativamente a este assunto, para o Concelho de Vagos e mais em concreto na construção da estrada Rines/Sanchequias. Entretanto, deixou uma chamada de atenção em relação à estrada Rines/Sanchequias e aos acessos alternativos que têm sido uma desgraçada e um martírio para as pessoas da zona sul do Concelho. Não há estrada principal e não há estradas alternativas. Há umas semanas foi reparada uma estrada que era a única alternativa que existia mas esteve quase um mês intransitável. O senhor Deputado voltou, mais uma vez, a falar sobre o serviço de recolha do lixo, mais concretamente da recolha dos monos, porque os números de telefone que aparecem nos contentores, para as pessoas ligarem, não funcionam e confirma que é verdade, uma vez que ele mesmo já telefonou e não conseguiu que lhe atendessem. Esta situação leva a que haja cada vez mais lixeiras a “céu aberto”, e isto acontece quando não há capacidade de recolha deste tipo de lixo. Na lixeira que tanto se tem falado, e que ultimamente tem sido tão falada nas redes sociais e nos jornais, os madeireiros tiveram de empilhar o lixo porque os carros não passavam. Hoje o senhor Deputado passou no local e já havia lá cinco descargas, e isto aconteceu de ontem para hoje. Todos os cidadãos terão de arranjar uma solução para isto e não estarem sentados à espera que o problema se resolva sozinho, porque assim não funciona. O senhor Deputado pede ao executivo que pense em conjunto numa estratégia específica para encontrar uma resolução para este problema das lixeiras. Em relação à questão do desenvolvimento económico no Concelho de Vagos o senhor Deputado quer saber o que é que está previsto em termos de instalação de novas empresas e empreendimentos turísticos. -----

----- O senhor Deputado José Martins usou da palavra e falou de um feito inédito e importante para o Concelho de Vagos atingido pelos Lobitos, do Covão do Lobo, que estão na disputa pela subida à elite o futsal nacional. O desporto em Vagos tem sido bem tratado e os resultados vão aparecendo. Em relação à iluminação no centro da vila quem viu Vagos há uns anos e quem o vê agora repara que está melhor. -----

----- A senhora Deputada Madalena Pinto usou da palavra e informou de que no dia dezoito de fevereiro realizou-se uma reunião da Comissão Alargada da CPCJ onde foi apresentado o relatório de atividades relativamente ao ano dois mil e dezoito. Entretanto, foi apresentado um novo elemento, representante do Ministério da Saúde, a Enf^a Anabela Sérgio Resende que veio substituir a Dr^a Judite. No relatório de atividades 2018 realizaram-se várias atividades, algumas delas em colaboração com a Cáritas Diocesana de Aveiro: Na dinamização da ação Formar+ o tema foi a violência doméstica, que é uma das problemáticas deste Concelho; no programa Criar Alternativas comportamentais. Nesta reunião foi falado que o número de processos de dois mil e dezassete para dois mil e dezoito foi diminuindo e quem sinaliza mais facilmente as crianças e jovens para serem ajudados, e não para serem retirados das famílias, são as autoridades policiais, GNR, estabelecimentos de ensino, anónimos e as próprias famílias. As problemáticas mais significativas do Concelho de Vagos são: a exposição dos comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança; a negligência; a violência doméstica e os

maus tratos físico. Este apoio é feito sobretudo, quando as crianças são sinalizadas, junto dos pais. As idades mais complicadas são entre os onze e os sete anos. Na reunião constatou-se que ao longo do tempo os processos vão diminuindo porque existe uma maior sensibilização da população e das famílias para estas problemáticas. Sinalizar não é denunciar, é ajudar a resolver. Falou-se também que muitos casos são encerrados porque a problemática parou e as coisas estão minimamente organizadas e os pais e as famílias são ajudados. Contudo, quando reaparece um ou outro caso pode ser na mesma criança ou no mesmo jovem mas com outro tipo de problemática, ou seja, os processos podem abrir com uma problemática e serem encerrados com outra. No seguimento da CPCJ a senhora Deputada tem ouvido pessoas a dizerem que precisam de roupas, calçado, principalmente pessoas que chegam da Venezuela, e o Concelho tem recebido muitas pessoas que vêm deste país, e precisam de ser ajudadas. A Câmara Municipal tem uma lojinha social que funciona no Mercado Municipal e está aberto todas as terças-feiras da parte da tarde, e faz recolha de vestuário, calçado e tantos outros acessórios, em bom estado, que queiram dar para depois serem distribuídos por quem precisa. Por último, a senhora Deputado falou, mais uma vez, na questão do lixo e informou de que na zona sul do concelho os contentores de recolha dos lixos doméstico estão sempre cheios, com o lixo todo mal acondicionado, e com as tampas abertas. Já é horrível quando está a chover, porque dificulta o trabalho das pessoas que recolhem o lixo, e com o calor larga muito mau cheiro. Também nota que alguns contentores estão localizados ao lado das paragens dos autocarros, onde as pessoas esperam pelos autocarros, o que a nível de saúde pública é um problema grave. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Começou a sua intervenção respondendo a uma questão que lhe foi colocada numa outra sessão, e para a qual não consegui resposta na altura, e que tem a ver com as bocas-de-incêndio na Urbanização da Boa Hora. As bocas-de-incêndio existem, cerca de cinco dezenas, e estão a funcionar, não com o formato normal, estão no solo. Relativamente ao Orçamento Participativo o projeto de Calvão está concluído, o projeto de Covão do Lobo estará concluído no final de março e está em desenvolvimento o projeto de Santo André. Em relação ao projeto da Ponte de Vagos tem-se vindo a falar com o promotor, porque há uma dificuldade para a implementação do projeto, para encontrar a melhor maneira de ultrapassar a questão. A questão do Posto Médico de Covão do Lobo, houve uma reunião com o ACeS, há de facto dificuldades na colocação de um médico. De todas as formas foi feita uma reunião no local com o senhor Presidente da Junta, com o senhor Vice-Presidente da Câmara e com o Diretor do ACeS. Aproveitou-se o facto de, naquele momento, não haver possibilidade de retomar a atividade e a Junta de Freguesia poder fazer uma intervenção no local de forma a garantir a reabertura do Posto Médico. A indicação que há do ACeS é que o Posto Médico irá reabrir. Em relação às estradas o senhor Presidente tomou em boa nota as indicações deixadas pelo senhor Deputado António Bastião no que se refere ao Covão do Lobo. Em relação à estrada do Parque de Campismo o piso já estava irregular mas com a reparação que se fez ficou bem melhor. Em relação ao Jardim de Santo António é um pedido de há já algum tempo da Junta de Freguesia. A Câmara Municipal já

desenvolveu um projeto e assim que surgir a oportunidade certa irá executar-se. Relativamente à questão do lixo, é verdade o Concelho tem cada vez mais residentes logo há a produção de mais resíduos sólidos urbanos. Quanto à recolha do lixo a questão central desta problemática é obviamente a resolução da situação pendente com a Luságua. No final do ano passado houve algumas reuniões com a Luságua, e os três Municípios que têm contrato com esta empresa, onde esta apresentou uma proposta e a já foi dada resposta a contrapor aquilo que foi apresentado. A ideia é melhorar o serviço que a Luságua presta ou, eventualmente, encontrar outras soluções para substituir esta empresa de recolha de resíduos sólidos urbanos mas em relação a isso há que ser muito claros porque requer alguns cuidados jurídicos que tem de ser respeitados. Os Municípios envolvidos têm três contratos diferentes mas entenderam, entre os três, que deviam atuar em conjunto, ter uma estratégia conjunta, para ultrapassar esta problemática. Em relação a outras questões levantadas, como a de deixar a tampa do contentor aberta, são falta de civismo e quanto a isso pouco ou nada se pode fazer. A situação das lixeiras a “céu aberto” já terá de ter uma atuação por parte da Câmara Municipal que já está a elaborar um plano, para tratar de encontrar uma resolução para este problema, que passa por questões de comunicação, campanhas de sensibilização, ações de limpeza, etc... Em dois mil e dezoito foram feitas limpezas em lixeiras e foram recolhidas dezoito mil quinhentas e quarenta quilos de lixo, fora os monos, sessenta mil quilos. No que respeita aos projetos das Escolas de Quintã e Soza já foram adjudicados e muito em breve serão adjudicados os das Escolas de Ouca e Vigia. Em termos de financiamento o que vai andar mais rápido é o da Escola da Quintã para se poder executar o mais rápido possível os fundos comunitários. Neste momento está para ser aprovada uma reprogramação na área da educação. Os projetos irão todos avançar, embora seja necessário andar com alguns à frente por causa da questão da execução dos fundos comunitários. Em relação à questão da sinalética para os desvios, associados à construção da estrada Rines/Sanchequias, existem os planos de sinalização, que são aprovados em sede de Reunião de Câmara, que depois têm de ser aplicados. Existe um acompanhamento técnico, a Câmara Municipal faz a aprovação e, depois, à fiscalização compete acompanhar e promover que aquilo que está aprovado seja cumprido. O senhor Presidente ainda hoje esteve na obra e não notou nenhuma falha nos desvios mas admite que possa haver e irá verificar essa situação junto da fiscalização da obra. Relativamente às estradas usadas para os desvios existe um problema na rua de São João, que é uma rua muito antiga, mas que já está parcialmente resolvido. Esta rua numa fase inicial, por ser muito antiga, não estava preparada para receber tanto trânsito e mal tenha um pequeno buraco em pouco tempo aumenta muito e por isso ter-se-á de reforçar a intervenção. A informação que existe é que o empreiteiro em breve irá dar a primeira pavimentação no troço que vai desde o final da Parada de Cima até ao início da Ponte de Vagos, o que facilitará a passagem dos carros. Em relação ao desenvolvimento económico e dos projetos que existem, felizmente, são muitos. Já foi adjudicada, e estão reunidas condições para começar, a obra de expansão do Parque Empresarial de Soza, nomeadamente a infraestruturização da parcela B. A obra já está consignada, ou seja, o empreiteiro já pode começar. Para o Parque Empresarial de Soza, e para aquele que tem sido o

trabalho da Mais Vagos praticamente todo, está, neste momento, cheio de projetos atribuídos. Há projetos muito interessantes, sendo dois deles já são do conhecimento público, e de dimensão assinalável. Um dos projetos está ligado à montagem de bicicletas, numa componente nova que são as IBIKES. É uma empresa que já tem tradição na Região de Aveiro, está neste momento com uma unidade em Oiã e irá laborar no Concelho de Vagos, chama-se *UNIBIKE*. Dois outros projetos para o Parque empresarial de Soza são ligados ao setor automóvel. Entretanto, também há projetos turísticos, uns já com algumas coisas em concreto mas ainda nenhum adquiriu a maturidade suficiente para falar deles publicamente. O senhor Presidente está em crer que daqui por algum tempo estão reunidas condições para anunciar um ou dois hotéis em Vagos. A Zona Industrial de Vagos vai ver os seus acessos melhorados com as obras na estrada Florestal, nomeadamente a ligação ao Porto de Aveiro. Já foi adjudicado o início da Requalificação da Zona Industrial de Vagos, ou seja, refazer todas as condutas de águas pluviais naquela avenida central e, depois, a ligação à vala que é na rua ao lado da Costa Verde. Este momento já está também concluído o projeto, e em condições de lançar a empreitada, de Requalificação de toda a Zona Industrial de Vagos. Entretanto, estão a ser preparadas algumas candidaturas que estão a tentar enquadrar no que diz respeito à mobilidade e às acessibilidades à Zona Industrial de Vagos, nomeadamente as acessibilidades suaves, a promoção das ciclovias e dos passeios. Obviamente que está sempre presente em cima da mesa, e possivelmente ter-se-á de recorrer aos meios próprios da Câmara Municipal para o fazer, a ligação da Zona Industrial à A17. A nível turístico foi aprovada uma candidatura, para o projeto "*Be Connected to Vagos*", pelo Turismo de Portugal no âmbito do programa Valorizar - Linha de Apoio à Disponibilização de Redes Wi-Fi. A participação comunitária será de 50 mil euros. Entretanto, ontem a Câmara Municipal foi informada, formalmente, da aprovação de duas candidaturas no Grupo de Ação Costeira: Qualificação do Centro Náutico da Praia da Vagueira e a Requalificação da Escola Primária da Vagueira para a promoção dos Desportos Náuticos. Relativamente ao trabalho da CPCJ no Concelho de Vagos é importante referir que de dois mil e dezassete para dois mil e dezoito diminuíram os casos, o que é um bom sinal. Os casos que existem é bom que sejam acompanhados pelos Técnicos e pela própria Comissão. Em relação à eficiência energética e aos carregamentos da MOBI.E irá ser instalado um posto gratuito em Vagos e está previsto colocar mais dois: um na estrada Rines Sanchequias e outro na Praia da Vagueira. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da ordem de trabalhos:** -----

----- **PONTO UM: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e relativamente ao documento saudou a evolução, ou seja, a introdução de uma nova categoria: informação de energia e manutenção de infraestruturas, e que tem a ver com os pedidos de pareceres e intervenções principalmente nas vias públicas. Efetivamente nestas três últimas informações tem vindo a ser dado destaque aos pedidos de intervenção por parte das entidades externas, empresas de telecomunicações, AdRA e outras situações, e o senhor Deputado tem uma dúvida. Todos conhecem a situação da AdRA, ou seja, que não tem cumprido com aquilo que tem prometido ao nível das intervenções e do investimento que tem feito. Os vaguenses, esses sim, têm cumprido todos os meses com o aumento das faturas da água de há uns anos para cá. O que salta aqui à vista é uma informação nova sobre as anomalias, as avarias e as manutenções. A AdRA faz as intervenções nas estradas e depois deixa-as no estado, que todos podem ver, quase intransitável. Segundo este documento até dezembro houve dezanove autorizações de obra no espaço público, das quais dezasseis foram verificadas anomalias decorrentes dessas intervenções. Nesta última intervenção existem seis autorizações de execução e já existem vinte e cinco situações de anomalia. O que o senhor Deputado pretende saber é se são vinte e cinco novas situações de anomalias ou se há uma evolução de dezanove para vinte e cinco. Na informação refere que os eventos são guardados em base de dados para referência futura. O senhor Deputado quer também perceber se há aqui uma fiscalização, agora que há estes dados que antigamente não constavam nas informações, e se este grupo de trabalho tem algum técnico ou algum fiscal para fazer essa verificação junto da AdRA ou se os números aparecem aqui e depois não há um acompanhamento destas obras. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e pediu ao senhor Presidente que esclarecesse, definitivamente, a informação que é prestada relativamente ao processo dos terrenos do Lidl onde tinha intervenção a senhora Maria Natália de Jesus Neto. Quer que seja explicado se houve, ou não houve, delapidação do património do Município e se houve, ou não houve, prejuízo para o Município. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu-se à questão dos lixos e da limpeza pública. Há de facto intervenções que são necessárias serem feitas por parte da Câmara Municipal e por parte das Juntas de Freguesia mas há outras que dependem de todos enquanto cidadãos. A proposta do senhor Deputado é que não se faça apenas apelo a alguma aliteracia, a alguma educação ambiental, mas que se possa também fazer alguma contribuição para isso. A sugestão que deixa é que a Câmara Municipal invista em projetos que incentivassem os munícipes a reciclar mais e efetuar mais separação de lixos. Entretanto, referiu o bom exemplo da Câmara Municipal da Maia que distribuiu, a todos os munícipes que o queiram, contentores com as cores respetivas para a separação dos lixos, de forma absolutamente gratuita. A recolha dos lixos ao domicílio em cada semana é feita pelas cores dos contentores. Este é um excelente exemplo e que poderia ser tentado em Vagos para aumentar o civismo de todos. Entretanto, deixou algumas notas relativamente ao documento e à informação que este contém que na sua opinião continua a não ser lida. Ao senhor Deputado parece-lhe que esta informação é escrita como uma compilação com pouco foco naquilo que realmente interessa. O documento contém aquilo que a Câmara Municipal

fez, e assume que fez, mas também tem aquilo que não fez, isto é, e dando um exemplo, *newsletter Sincroniza-te*, não tem saído por motivos de novos procedimentos internos, *newsletter Rural*, não tem saído por motivos de novos procedimentos internos. O curioso desta informação é que contém aquilo que não foi feito. -----

----- O senhor presidente da Câmara Municipal usou da palavra e começou por deixar uma nota em relação à dívida. Relativamente à informação de dezembro a dívida imputada à entidades relevantes baixou muito significativamente. Em contrapartida a dívida do Município aumentou. Esta situação tem a ver com o fim da Sociedade Polis Litoral - Ria de Aveiro. O senhor Presidente já explicou aqui, em tempos, de que existia uma dívida pendente, que já se sabia que nunca se ia concretizar porque nem todos os projetos da Polis chegaram a avançar, mas essa dívida estava pendente enquanto houvesse Sociedade Polis. Entretanto, o Governo ordenou a extinção da Sociedade Polis e chegou a altura de se fazer o acerto de contas. A última dívida que o Município tem com a Sociedade Polis tem a ver com intervenção que foi feita no caminho do Canal, onde foi apurada uma dívida que diz respeito à comparticipação do Município para essa empreitada. A dívida que é efetiva passou para a dívida do Município e a dívida que existia pendente deixou de o estar e já não está imputada às entidades relevantes. Isso permitiu que aumentasse, em cerca de quinhentos mil euros, a capacidade de endividamento do Município. Em relação à AdRA ela está neste momento com o plano de investimentos a avançar em grande, embora uma parte deste já devesse estar executado. Estão duas empreitadas a decorrer no Concelho de Vagos, uma na Freguesia de Santo André, no lugar de Ervedal, e outra na Freguesia de Ouca, nos lugares de Rio Tinto e Tabuaço. Entretanto, foi lançado o concurso público do PAR 11, no lugar de Carregosa e na parte final do lugar de Ouca que não estava contemplado. Estas intervenções fecharão a Freguesia de Ouca, porque fica coberta a noventa e tal por cento. Neste momento está já a desenvolver-se o levantamento na zona sul, Freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e Ponte de Vagos e Santa Catarina, para o fecho da rede, ou seja, houve muitas ruas por fazer nestas Freguesias e convém fechar a rede na zona sul. À partida em dois mil e dezanove, após o levantamento efetuado, os projetos estarão concluídos e de seguida lançar-se-á a empreitada. Os trabalhos têm estado a correr bem. O que muitas das vezes não corre bem são algumas das intervenções que se têm de fazer em situações de rombos e outros imprevistos que têm de ser reparados. A Câmara Municipal tem, de há um tempo a esta parte, vindo a acompanhar estas intervenções e aquilo que aconteceu foi que no período de dezembro até hoje houve seis intervenções. Se passou de dezanove para vinte e cinco quer dizer que todas as seis intervenções foram com anomalias. Quando a AdRA faz uma intervenção não consegue andar com um carro de tapete atrás e o que fazem, a maior parte das vezes, é deixarem acumular uma série de situações e, depois, chegado o tapete fazem o tapamento das valas todas que existe. Não é o método mais correto e a Câmara tem andado em cima do acontecimento para tentar diminuir estas situações. Em relação ao documento o senhor Presidente já referiu, por várias vezes, estar disponível para que os senhores Deputados se juntem e façam propostas para alteração e elaboração do mesmo. Ainda assim o senhor Presidente prefere que critiquem por o documento ter informação a mais do

que a menos. No que respeita ao processo da senhora Maria Natália Neto o que se passou foi que a Câmara Municipal adquiriu os terrenos, a esta senhora, com a intenção de fazer a requalificação dos Armazéns Municipais, e essa intenção foi dita à senhora aquando da compra dos terrenos não tendo sido condição para a compra. Não ficou nenhum ónus na escritura que o terreno a adquirir seria para aquele fim. Obviamente que quando a Câmara Municipal se dirige a alguém para comprar um terreno à partida, e tendo em conta a transparência, explica para que é que pretende o terreno, e foi isso que aconteceu. Entretanto, acontece o negócio do Lidl, aprovado em sede de Assembleia Municipal, e logo de seguida entra uma ação contra a Câmara Municipal alegando que esta teria falseado a intenção que tinha proposto à vendedora, o que não corresponde à verdade porque, como se sabe, chegou a ser lançado um procedimento concursal para a adjudicação da obra de requalificação dos Armazéns Municipais. Porém, como o Lidl não precisava do terreno, adquirido à senhora Maria Natália, para fazer o seu investimento veio novamente o assunto à Assembleia Municipal que aprovou a venda só do terreno dos Armazéns Municipais. Entretanto, a ação foi desenrolando, a Câmara Municipal entra nesta ação na qualidade de réu, e no dia do julgamento houve uma proposta de acordo. A Câmara Municipal como não precisava do terreno para outros fins e se a senhora Maria Natália fazia questão em ter o terreno de volta acordou-se que a senhora devolveria o dinheiro e a Autarquia devolveria o terreno. Chegado a acordo cada uma das partes ficou com as custas de parte. Não houve delapidação do património municipal, não houve encargos adicionais para a Câmara Municipal, exceto a taxa de justiça que teve de ser paga. Antes do processo ter dado entrada em Tribunal nunca houve, por parte da senhora Maria Natália, qualquer tentativa de contacto para resolver a questão. O senhor Presidente, após entrada do processo em Tribunal, é que entrou em contacto para a senhora para tentar resolver a questão sem seguir para julgamento. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 07 de fevereiro de 2019. -----

-----PONTO DOIS: “FÓRUM OCEANO – ASSOCIAÇÃO DA ECONOMIA DO MAR” – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VAGOS. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação previamente distribuída aos membros, onde explicou os motivos da adesão do Município ao projeto. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referiu que verificou que em relação a este assunto existem associados Câmara Municipais, Operadores Turísticos, alguns setores económicos, empresas e entidades ligadas ao mar e aos Oceanos e Universidades, entre outras entidades. No entanto, verifica, também, que existem nos órgãos sociais alguns nomes da Praça Pública relacionados, apenas, com um partido político. Seria importante também, no entender do senhor Deputado, canalizarem-se mais verbas para a Arte Xávega e fazerem-se protocolos com entidades que olhassem mais para esta atividade. A adesão do Município de Vagos a este Fórum é, no entender do grupo municipal do CDS, mais uma coisa de fachada. A Arte Xávega não é por si

só uma tradição é algo que potencia fortemente o turismo e, como tal, desenvolve a economia da região. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por louvar a forma como esta proposta é apresentada, está muito bem fundamentada, não só na parte formal mas naquilo em que expõe o proveito que o Município de Vagos pode retirar da adesão ao Fórum Oceano. Os Órgãos Sociais, deste projeto, são constituídos por pessoas que deixam o senhor deputado bastante confortável, pois dão garantias absolutas do bom rumo deste Fórum Oceano. Entretanto, partilhou uma dúvida que teve, ou seja, o eng^o Ribau Esteves tem um cargo nos Órgãos Sociais porque a CIRA aderiu ao Fórum e, portanto, à partida onde a CIRA está não seria necessário que o Município de Vagos, assim como os outros Municípios da CIRA, também estivesse presente. Supostamente quem está a defender o conjunto dos Municípios também defende o Município de Vagos. Neste caso concreto, tendo em conta a especificidade do Concelho de Vagos e o objeto do Fórum Oceano o voto do Partido Socialista será favorável a este ponto da ordem de trabalhos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referindo-se à dúvida apresentada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar disse que esta é uma questão pertinente e essa análise foi feita internamente, ou seja, se a CIRA já era associada seria necessário o Município tornar-se associado. Contudo, como o Município promoveu a candidatura à Estação Náutica era uma das condições aderir ao Fórum Oceano e entendeu-se dar seguimento. O valor envolvido não é demasiado elevado e oneroso para o Município e todas as mais-valias que esta associação tem, independentemente dos Órgãos Sociais, fizeram com que se tomasse a decisão de aderir. Da mesma forma que o Partido Socialista fez esta análise também o executivo a fez em sede de Câmara Municipal e concluiu-se que seria uma mais valia aderir a esta Associação e por essa razão é que vem aqui o processo. Quanto à questão do senhor Deputado António Bastião uma coisa é o Fórum Oceano e outra é a Arte Xávega. Em sede de Câmara Municipal já foi aprovado um programa/regime de apoio à companhias da Arte Xávega e está neste momento a ser tratado que apoio financeiro é que vai ser dado. Havia sido determinado valor mas, entretanto, depois o senhor Vereador João Domingues propôs que fosse aumentado ao que se acedeu de imediatamente. Neste momento só se aguarda a formalização do acordo com as companhias da Arte Xávega que seja verificada a condição, que eles se comprometeram aquando da adesão ao compromisso com a Câmara Municipal de utilização daqueles armazéns. As companhias assumiram um compromisso com a Câmara Municipal para utilizar os Armazéns que a Câmara Municipal construiu e agora está a verificar-se o cumprimento dessas condições para determinar quais são as companhias que têm condição para receber esse apoio financeiro, sendo que o apoio foi determinado para o ano transato, dois mil e dezoito, e para os anos seguintes, dois mil e dezanove e dois mil e vinte. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com a abstenção do grupo municipal do CDS-PP. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 07 de fevereiro de 2019. -----

----- PONTO TRÊS: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.000.000,00€ - BENEFICIAÇÃO DA EM 598 – RINES-SANCHEQUIAS. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação previamente distribuída aos membros, donde consta a informação de enquadramento do empréstimo a contratar, a dívida total do Município e o seu posicionamento face ao respetivo limite legal, o relatório de análises das propostas e o contrato de empréstimo com o Banco BPI, disponibilizando-se, de seguida, para os esclarecimentos que os senhores Deputados entenderem necessários. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por notar que refere na documentação que o montante inicial para este empréstimo era superior e foi reduzido por recomendação do Tribunal de Contas. Como se sabe esta recomendação não é um eufemismo. A verdade é que apesar daquilo que foi aqui dito o Município “teimou” em pretender violar a Lei e fazer uma proposta claramente acima daquilo que estava previsto. Obviamente que o pedido da Câmara Municipal foi rejeitado e teve de ser reduzido face ao milhão e meio que estava previsto. O senhor Deputado verificou que estas informações que foram remetidas têm mais de dois meses, datadas de dezembro de dois mil e dezoito e, portanto, remete para uma margem disponível de um milhão e cem mil euros de endividamento. Mas este valor não coincide com aquele que consta da informação do Presidente. O senhor Deputado supõe que se saiba a diferença mas gostava que o senhor Presidente falasse um pouco sobre isto, porque o que faz sentido é à data de hoje e não à data que a informação foi feita. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que não sabe onde é que o senhor Deputado leu essa informação do milhão e meio e do Tribunal de Contas porque isso não existe. Ao contrário do que disse, o que é válido é a informação que há hoje, o que é válido para o Tribunal de Contas é a informação à data de trinta e um de dezembro do ano N-1, não é do ano presente e sim do ano anterior. O que o Tribunal de Contas não considera, e mal, na opinião do senhor Presidente, é que as amortizações que se vão fazendo ao longo daquele exercício sejam contabilizadas de forma contrária às utilizações das tranches do novo empréstimo. Se a Câmara Municipal amortizar um milhão de euros durante o ano é natural que a capacidade de endividamento do Município suba um milhão de euros mais no final do ano.. O que a Câmara Municipal tem de ter, para este empréstimo, é que a capacidade de endividamento esteja dentro daquilo que é a capacidade de endividamento calculada à data de trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito ou no dia um de janeiro de dois mil e dezanove, quer essa capacidade de endividamento esteja num milhão e cem mil euros quer esteja num milhão e meio de euros. O que é importante esta Assembleia saber é que este empréstimo se destina à estrada Rines/Sanchequias, que tem a duração que tem, o prazo que tem e que tem as amortizações que tem. Relativamente às datas das informações isto tem todo um processo que tem de cumprir com as competências de cada um dos órgãos. Não caberá à Assembleia Municipal imiscuir-se nas competências da Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem as competências, que são próprias, e o processo decorre, há a

abertura do procedimento, a consulta das entidades, a nomeação do júri, a análise das propostas e depois da análise feita e de se aprovar a mais vantajosa comunica-se à entidade bancária, esta envia a minuta do contrato que é aprovada em Reunião de Câmara e então se remete à Assembleia Municipal fazer aquilo que é a sua competência que é aprovar o contrato. Estes são os passos que têm de ser seguidos.

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra para perguntar ao senhor Presidente qual era o endividamento do Município de Vagos à data de um de janeiro de dois mil e dezanove ou a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou de que de acordo com as conta que foram feitas aquando desta informação era de um milhão e cem mil euros. De acordo com os dado que existem, porque as contas ainda não estão encerradas, serão encerradas e aprovadas em abril, são tudo estimativas, o valor é superior àquilo que foi calculado quando se iniciou o processo de contratação do empréstimo. Ser um milhão e cem mil euros ou ser um milhão e meio de euros para aquilo que está aqui em discussão é indiferente. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** a autorização para a contração do empréstimo de médio/longo prazo até ao montante de 1.000.000,00 € com o Banco BPI para a obra de Beneficiação da EM 598 – Rines - Sanchequias, com a abstenção do grupo municipal do Partido Socialista. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 21 de fevereiro de 2019. -----

----- **PONTO QUATRO: REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE REGALIAS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VAGOS.** -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura, sendo também Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos, abandonou a sessão. -----

----- De seguida foi presente para discussão e votação a proposta de Regulamento de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários de Vagos, que está acompanhada da correspondente Nota Justificativa, conforme determina o artigo 99º, do Código do Procedimento Administrativa. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação previamente distribuída aos membros, disponibilizando-se, de seguida, para os esclarecimentos que os senhores Deputados entenderem necessários. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra, e sendo ele também Presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos, e referiu que embora entenda que não deve participar na discussão e votação deste ponto da ordem de trabalhos quis deixar aqui algumas considerações em relação ao processo. Esta proposta de Regulamento tem uma parte que é inaceitável em termos de Assembleia Municipal, ou seja, o senhor Presidente não devia autorizar que informação que consta do capítulo sobre os custos e benefícios viesse para a Assembleia Municipal, porque é uma informação que não diz nada. Era perfeitamente possível, com base em alguns pressupostos, ter aqui alguma avaliação dos custos e

dos benefícios desta proposta. A outra questão, também ela específica, prende-se com o artigo 4º no sentido de alertar para o facto de se falar no nº1 de acidentes ou doenças quando, tanto quanto o senhor Deputado sabe, o seguro não cobre doenças mas apenas acidentes pessoais. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e relativamente a este assunto começou por saudar a Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente, ao aprovar este regulamento. Tudo o que se possa dar e apoiar e tudo o que se possa fazer pelos bombeiros é pouco em relação àquilo que eles merecem. O que seria de Vagos se não tivesse uma Corporação de Bombeiros tão digna como esta? Todos os dias os Bombeiros cantam o hino à solidariedade e ao voluntariado a favor do povo. Numa altura em que o voluntariado está a escassear os bombeiros dão um exemplo vivo do que é o apoio e auxílio ao próximo no dia-a-dia. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que é de louvar esta iniciativa por parte da Câmara Municipal. Este é um trabalho que já vem sendo pensado há algum tempo e, realmente, todas as recompensas que se possa dar ao Bombeiros Voluntários de Vagos pecam sempre por escassas. Esta é de facto uma das últimas grandes notícias para a Corporação de Bombeiros Voluntários de Vagos. O senhor Deputado referiu, em forma de sugestão, que seria bom ter um artigo ou uma cláusula que faça referência à escola de infantes e cadetes. Os bombeiros começam exatamente pelas gerações mais novas e, por isso, considera o senhor Deputado que ficaria bem incluir um artigo relativo a esta questão, nem seja a frequência das instalações desportivas e a presença de forma gratuita, ou pouco significativa, nas atividades culturais do Concelho que forem a pagar. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que se há de facto voluntários que merecem o reconhecimento de todos são os bombeiros e todos têm dever de fazer tudo o que estiver ao seu alcance por todos eles. Todos sabem que ser voluntário nos dias de hoje é algo que não é muito atrativo, porque dá muito trabalho e exige muito sacrifício. O senhor Deputado pergunta se é possível a Assembleia Municipal aprovar este regulamento com uma alteração. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarece que este órgão tem a competência para aprovar regulamentos na generalidade e fazer sobre a matéria uma série de recomendações para a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal tem a competência de não olhar para esta proposta de regulamento como uma aceitação tal como é apresentada pela Câmara Municipal, ou seja pode propor alterações ou fazer recomendações. A Assembleia pode aprovar este documento na generalidade com recomendações. A Assembleia Municipal tem legitimidade para propor e alterar qualquer regulamento e, depois, os serviços da Câmara Municipal só terão de dar cumprimento àquilo que foi aqui deliberado. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para agradecer aos atuais órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos, que foram essenciais para a concretização deste objetivo, sendo certo que as duas últimas direções desta entidade já haviam reivindicado isto. Nessa altura não foi possível por uma série de razões a concretizar. Este trabalho foi possível graças ao atual comando mas o senhor Presidente não pôde deixar de agradecer ao anterior comando onde todo o processo teve o seu início, porque este processo não

foi construído hoje. Sobre a questão levantada pelo senhor Deputado Jorge Pereira o senhor Presidente esclareceu que os cadetes têm esse benefício, não é imediato, no nº3 do artigo 2º diz que *“Para efeitos do disposto na alínea c), do nº1, releva o tempo de frequência em estágio, quando seguido de ingresso na carreira”* e o nº1, do mesmo artigo diz que *“ presente regulamento aplica-se a todos os elementos pertencentes ao corpo dos bombeiros que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos: c) Ter completado, no mínimo, 2 anos de serviço efetivo no quadro de comando ou quadro, em situação de atividade.”* Portanto, essa situação fica salvaguardada. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins voltou a usar da palavra e fez uma proposta de alteração ao presente documento, ou seja, propôs a aprovação do regulamento com a exclusão do artigo 13º, da proposta apresentada pela Câmara Municipal procedendo-se, depois, à renumeração do documento. O artigo 13º refere-se à extensão do âmbito de aplicação onde inclui os elementos que integram o órgão executivo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os membros deste Órgão se estão reunidas condições para votar este regulamento com esta alteração proposta pelo senhor Deputado Sérgio Martins, ou seja retirar o artigo 13º e recomendar à Câmara Municipal a reformulação do seu articulado. -----

----- No momento da votação o senhor Deputado Óscar Gaspar ausentou-se da sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, pelos presentes, com a exclusão do artigo 13º, da proposta apresentada pela Câmara Municipal, devendo-se, para o efeito, proceder à renumeração do articulado desse regulamento, na parte aplicável. -----

----- Esgotados que estavam os pontos da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período de intervenção do Público. -----

----- Do público pediram para usar da palavra os senhores Vitor Figueiredo, Alexandre Marques, Miguel Sá e Nuno Moura. -----

----- O senhor Vitor Figueiredo, de Vagos, referiu que na última sessão questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o estudo que foi feito na rua Padre Vicente Maria da Rocha. Na altura o senhor Presidente disse que ia saber e, por isso, agora pergunta se já há alguma resposta em relação ao assunto. -----

----- O senhor Alexandre Marques, de Calvão, e referiu que há cerca de um ano atrás esteve aqui nesta Assembleia e ouviu o senhor Presidente a anunciar a Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro e, sobre isso, quer saber o ponto de situação. Em relação às obras da AdRA o senhor Alexandre gostava de entender se existe alguma falta de coordenação nos trabalhos, se é porque a AdRA não tem capacidade para mais, por andar a fazer as obras aos “bocadinhos” em vez de poupar no trabalho e tempo, e deu o exemplo de uma obra que está a decorrer na EN109. Tudo isto contribui para um transtorno das pessoas. Outra questão que abordou prende-se com os acessos à zona industrial de Vagos, ou seja, a estrada que segue da Lomba e Santo António para a zona industrial, antes de fazer o cruzamento com a estrada principal que vem do centro de

Vagos, está muito degradada. Esta via tem muito trânsito, está em péssimas condições e não permite sequer que passem duas viaturas ao mesmo tempo. Relativamente à iluminação da vila não é de opinião que esta esteja melhor, tirando a Quinta do Ega, mantêm-se a mesma de há uns anos atrás, ou seja, não está melhor nem pior, está igual. A atração turística do centro da Vila também, no se entender, não evoluiu nada e os comerciantes aqui da zona têm-se queixado que nos momentos de lazer a vila de Vagos encontra-se deserta. -----

----- O senhor Miguel Sá, de Vagos, usou da palavra para pedir esclarecimentos sobre a retirada do artigo 13º do Regulamento de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários de Vagos. Para o senhor Miguel Sá faria mais sentido fazer-se a alteração ao nome do regulamento, para Regulamento de Concessão de Regalias à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos. No seu entender retirar este artigo não faz muito sentido, porque há muitos dirigentes que trabalharam muito para aquela entidade, e que também mereciam algumas regalias, por todo o trabalho que têm realizado e pelo tanto que deram àquela casa. Assim, gostaria de saber qual a intenção na retirada deste artigo. -----

----- O senhor Nuno Moura usou da palavra e, na qualidade de Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos, agradeceu a esta Assembleia por ter aprovado o Regulamento de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários de Vagos. Entretanto, aproveitou para dizer que ao longo desta negociação, que teve início na anterior direção, chegou-se à conclusão de que estes benefícios deviam restringir-se apenas à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos. Posteriormente, e depois já da aprovação em Reunião de Câmara, surgiram algumas questões que são legítimas e que punham em causa eventualmente outras direções de outras associações que também são voluntárias. Como nunca foi objetivo, nem da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos nem da câmara Municipal de Vagos, prejudicar qualquer associação, e poder continuar a trabalhar em conjunto, entendeu-se, depois de uma conversa, que era de todo útil retirar este artigo 13º para evitar que qualquer questão fosse levantada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondendo ao senhor Vitor Figueiredo informou-o de que fez esse pedido à AdRA mas não veio preparado para responder. Não sabe se a AdRA já respondeu e, por isso, pede ao senhor Victor que aguarde até à sessão de Abril ou deixe a morada, para lhe poder dar uma resposta por escrito, porque neste momento não tem elementos para lhe poder responder. Relativamente ao Palacete Visconde de Valdemouro já foi feita a candidatura no final do ano passado. No âmbito do PARU está aprovado um financiamento garantido mas era necessário fazer a candidatura que foi feita até trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito. Neste momento, está-se a terminar o projeto de execução e até ao final deste semestre está previsto lançar a empreitada de concurso. Em relação aos trabalhos da AdRA, nomeadamente a que o senhor Alexandre referiu, estão a correr muito bem e com muita segurança. A rede de saneamento está a ser estendida até onde ela permite, do ponto de vista gravítico, ou seja não vai ser necessário construir nenhuma estação elevatória. No fundo, está-se a aproveitar o ponto que existia na última caixa de saneamento e, por solicitação da Câmara

Municipal, a intenção é estender a rede até onde permite. Há mais duas ou três situações na vila de Vagos, pontuais, que têm de ser resolvidas, nomeadamente uma atrás da Igreja da Misericórdia que ainda não tem saneamento, porque apesar de serem pequenas intervenções são muito importantes. No que respeita à estrada que liga à zona industrial, a rua das Abelhas, de facto está em muito mau estado e, por isso mesmo, a Câmara Municipal já há muito tempo comprou o terreno que está ao lado, já adjudicou a empreitada e, mais dia menos dia, ir-se-á dar início às obras. Em relação à iluminação do centro da vila está um pouco diferente, ou seja, já não tem os focos de iluminação das fontes que aqui estiveram durante tanto tempo e que não serviam exatamente para nada e que foram, entretanto, retiradas. Entretanto, já foi colocada iluminação LED, Requalificação da Biblioteca, uma obra magnífica extremamente bem iluminada. Em relação à questão do senhor Miguel Sá ficou respondida com a intervenção do senhor Nuno Moura. -----
-----De imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----
----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----
----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e uma horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----
----- **O Presidente,**_____.